



O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina - SC¹

Luís Felipe Aires Magalhães²

Resumo

Nenhum país revela tão claramente como o Haiti a vigência histórica do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” em uma formação econômica e social dependente. De colônia mais próspera do mundo durante o período colonial à país mais pobre da América, atualmente, o Haiti é palco de inúmeras contradições próprias do capitalismo dependente. Estas contradições condicionam, historicamente, um verdadeiro “povo migrante”. A tradição migrante no país inicia-se já na passagem do século XIX ao XX, quando muitos haitianos migravam para o trabalho na produção cafeeira de República Dominicana e Cuba. Especialmente na segunda metade do século XX, formam-se novos fluxos migrantes, sobretudo para os Estados Unidos, Canadá e França. Atualmente, por conta de fatores como a crise capitalista e o consequente fortalecimento da xenofobia nos países centrais, estes fluxos têm se diversificado, no que se destaca a migração recente de haitianos para o Brasil. Este artigo tem como objeto o fluxo de haitianos para o Estado de Santa Catarina nos últimos anos. Nossa hipótese é a de que a presença subimperialista brasileira no país condiciona o fluxo de haitianos para o Brasil. Para investigar esta hipótese, desenvolvemos uma metodologia que combina revisão teórica da história do país, particularmente de sua história migrante, análise da presença militar e econômica brasileira no Haiti, em que discutimos a categoria do subimperialismo e sua vinculação a processos migratórios, e trabalho de campo realizado nas cidades catarinense de Balneário Camboriú e Chapecó.

Palavras-chave: Haiti; Subimperialismo; Migração; Santa Catarina; Integração.

Haiti is here: Brazilian sub-imperialism and the Haitians in Santa Catarina - SC

Summary

No country reveals as clearly as Haiti the historical validity of the "development of underdevelopment" in a dependent economic and social formation. More prosperous colony in the world during the colonial period to the poorest country of America, currently, Haiti hosts numerous contradictions of dependent capitalism. These contradictions condition, historically, a true "migrant people." The migrant tradition in the country begins already in the late nineteenth century to the twentieth, when many Haitians migrated to work in coffee producing in Dominican Republic and Cuba. Especially in the second half of the twentieth

¹ Este artigo aprofunda pontos e reflexões presentes em trabalho apresentado no último encontro da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Na ocasião, apresentamos nossas hipóteses e posições teóricas à crítica. O resultado destas discussões faz parte do presente artigo.

² Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Membro do Observatório das Migrações no Estado de Santa Catarina, vinculado à Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC.

century, are formed new migration flows, especially to the United States, Canada and France. Currently, due to factors such as the capitalist crisis and the consequent strengthening of xenophobia in developed countries, these flows have diversified, as it highlights the recent migration of Haitians to Brazil. This article is about the flow of Haitians to the state of Santa Catarina in recent years. Our hypothesis is that the Brazilian sub-imperialist presence in the country affects the flow of Haitians to Brazil. To investigate this hypothesis, we developed a methodology that combines theoretical review of the history of the country, particularly of their migration history, analysis of Brazilian economic and military presence in Haiti, where we discussed the category of sub-imperialism and its link to migratory processes, and work field carried out in the Santa Catarina cities Balneário Camboriú and Chapecó.

Keywords: Haiti, Subimperialism, Migration, Santa Catarina, Integration.

Resumen

Ningún país revela tan claramente como Haití la validez histórica del "desarrollo del subdesarrollo" en una formación económica y social dependiente. De colonia más próspera del mundo durante el período colonial hasta el país más pobre de América, en la actualidad, Haití es sede de numerosas contradicciones del capitalismo dependiente. Estas contradicciones condicionan, históricamente, un verdadero "pueblo migrante." La tradición migrante en el país comienza ya en el pasaje del siglo XIX al XX, cuando muchos haitianos emigraron para trabajar en la producción de café de República Dominicana y Cuba. Especialmente en la segunda mitad del siglo XX, se forman nuevos flujos migratorios, sobre todo a Estados Unidos, Canadá y Francia. Actualmente, debido a factores como la crisis capitalista y el consiguiente fortalecimiento de la xenofobia en los países desarrollados, estos flujos se han diversificado, en el que se pone de relieve la reciente migración de haitianos a Brasil. Este artículo es sobre el flujo de haitianos al estado de Santa Catarina, en los últimos años. Nuestra hipótesis es que la presencia sub-imperialista de Brasil en el país afecta el flujo de haitianos a Brasil. Para investigar esta hipótesis, hemos desarrollado una metodología que combina la revisión teórica de la historia del país, en particular de su historia de la migración, el análisis de la presencia militar y económica brasileña en Haití, donde discutimos la categoría de sub-imperialismo y su vinculación con los procesos migratorios, y el trabajo de campo llevado a cabo en las ciudades catarinenses de Camboriú y Chapecó.

Palabras-clave: Haití; Sub-imperialismo; Migración; Santa Catarina; Integración.

Introdução

Neste artigo, iremos analisar o recente fluxo de imigrantes haitianos no Estado de Santa Catarina, à luz de uma interpretação histórica das origens do processo emigratório no Haiti. Este processo, como veremos, é resultado da produção e reprodução históricas de fatores de expulsão da população do país. Pretendemos contribuir ao debate sobre migrações internacionais inserindo a categoria do "subimperialismo" no rol dos fatores de expulsão, analisando um fluxo migratório específico (o de haitianos em Santa Catarina). Para tanto,

narraremos sucintamente como o Haiti se converte de colônia mais próspera do mundo, no século XVIII, a país mais pobre da América, atualmente – bem como a relação desta conversão com a produção de uma tradição migrante no país, em especial desde o final do século XIX. Esta história não é, logicamente, exclusiva do Haiti, senão que produto de um conjunto de contradições que caracterizam a forma específica com que o capitalismo desenvolve-se em nosso continente.

O capitalismo global desenvolve-se com, e não apesar, o desenvolvimento desigual de suas partes constituintes. Sua expansão pela América Latina engendrou, a partir da colocação na divisão internacional do trabalho pelas mãos do colonialismo, o fenômeno do capitalismo dependente, que vincula o desenvolvimento econômico e social de um país periférico às exigências e necessidades dos países centrais. Este processo histórico cria riquezas na periferia do sistema capitalista, todavia estas riquezas são apropriadas apenas por suas elites dominantes e pelas empresas dos países centrais. Desta forma, não obstante os países periféricos contarem com extensa força de trabalho e imensas reservas de recursos naturais seu excedente econômico não é apropriado pelas estruturas nacionais de produção e consumo, senão que são canalizados externamente. Em outras palavras, seu desenvolvimento não é seu, ou ainda, seu desenvolvimento é o desenvolvimento do subdesenvolvimento. O Haiti expressão esta dialética do subdesenvolvimento como poucos países do mundo.

Prosperidade não é um problema moral e a razão de São Domingos era a sua prosperidade. O mundo ocidental, durante séculos, nunca conheceu tal progresso econômico. Por volta de 1754, dois anos antes do começo da guerra dos Sete Anos, havia na ilha 599 fazendas de açúcar e 3.379 de anil. Durante a guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Marinha francesa, varrida dos mares pela Força Naval Britânica, não podia trazer os suprimentos dos quais a colônia dependia; o extenso contrabando de mercadorias não podia suprir a deficiência e milhares de escravos morriam de fome e o vertiginoso aumento de produção, embora contínuo, diminuiu. Mas após o Tratado de Paris de 1763 a colônia deu um grande passo à frente. Em 1767 exportou 35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, quinhentas toneladas de anil e mil toneladas de algodão, uma certa quantidade de couro, de melado, de cacau e de rum. O contrabando, ao qual as autoridades faziam vista grossa, elevava os números oficiais em pelo menos vinte e cinco por cento. Não era apenas em quantidade que São Domingos se sobressaía, mas em qualidade (JAMES, 2010, p. 56).

Ao impulsionar sua economia colonial, o Haiti acabava por dar uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do capitalismo na Europa e para a formação do mercado mundial de mercadorias.

O Haiti, muito conhecido como ‘a pérola das Antilhas’, era realmente uma

jóia entre as colônias. No último quarto do século XVII, era a única colônia que produzia, ao mesmo tempo, açúcar, café, anil, e algodão em grande escala. Suas exportações correspondiam a 40% do PNB da metrópole (França); e seu comércio em 1788, de 42 milhões de dólares, era superior ao dos Estados Unidos. O Haiti contava, nessa época, com 792 engenhos (74.323 hectares), 3.150 anileiras (82.147 hectares), 3.117 cafezais, 789 algodoais (20.321 hectares), 69 plantações de cacau (2.083 hectares), 10.612 hectares de milho, 15.315 hectares de batatas, 9.854 hectares de inhame, 5.877 hectares de sorgo, 7.756.225 de pés de bananeira, 1.278.229 de pés de mandioca. Era tal a riqueza da colônia do Haiti que a França, derrotada pela Inglaterra, preferiu ceder, pelo tratado de Paris (1763), a colônia do Canadá a perder o Haiti (GRONDIN, 1985, p. 53).

É importante destacar que, diferentemente do que afirmam as teses dominantes sobre o desenvolvimento capitalista, a escravidão na América Latina não operou como um impeditivo mas sim como um motor do desenvolvimento do capitalismo na região. Pela via da escravidão, estruturou-se não apenas o comércio colonial como toda a sociedade colonial, com repercussões sociais presentes até os dias atuais. No que se refere especificamente ao comércio colonial, a escravidão permitiu a produção em massa e a elevação da acumulação capitalista a grau superior, indispensável para o acúmulo financeiro necessário à revolução industrial. No que se refere, por outro lado, ao comércio de contrabando e tráfico de escravos, ambos impulsionaram a indústria bélica e naval, bem como o domínio dos mares, indispensável também para o acúmulo militar, científico e técnico necessário à revolução industrial. Enquanto os países centrais revolucionavam suas formas de produção de mercadoria e promoviam avanços científicos e tecnológicos de primeira importância para a submissão do trabalho ao capital, na periferia do sistema operava ainda a utilização de força de trabalho escrava em regimes de trabalho agrícola assentados na grande propriedade agrária. Os dois sistemas não se negam, pelo contrário, se complementam. Interessa-nos, por ora, ter em mente que em nosso continente não vigorou um proto ou pré-capitalismo, mas sim um capitalismo com características específicas, um capitalismo *sui generis* (FRANK, 1973; MARINI, 2000). As duas mais fortes burguesias nacionais do século XVIII, a de França e Inglaterra, seja pelo comércio colonial, pelo tráfico negreiro ou pelo contrabando, eram financiadas pela extração das riquezas haitianas.

O comércio colonial era muito grande para a burguesia francesa, apesar de sua riqueza. A burguesia britânica, a mais bem-sucedida no comércio negreiro, vendia milhares de escravos contrabandeados todos os anos para os latifundiários franceses e particularmente para São Domingos. Mas, mesmo enquanto vendia os escravos para São Domingos, a burguesia britânica assistia ao progresso dessa colônia com preocupação e inveja. Depois da independência dos Estados Unidos em 1783, essa espetacular colônia francesa re-

pentinamente deu um salto que quase duplicou a sua produção em 1783 e 1789 (JAMES, 2010, ps. 60-61).

Mas o sistema capitalista mundial, que precisara do comércio colonial (e da escravidão) para a acumulação primitiva nos países de centro do capitalismo, não poderia continuar convivendo com ambos ao atingir a fase da Grande Indústria Moderna³: os limites para a acumulação em escala global, que a manutenção dos privilégios coloniais (não Britânicos) e a ausência de um mercado de consumo (de consumo das mercadorias industriais inglesas) que a sociedade escravista impunham, foram o centro do antagonismo, já histórico desde as guerras medievais, entre França e Inglaterra. Com a batalha industrial vencida pela Inglaterra, a França viu-se às voltas não apenas com a falência dos negócios coloniais e escravistas com o Haiti como também com a irrupção do mais original e fecundo processo revolucionário nacional e étnico no Novo Mundo: a Independência Haitiana (CASTOR, 2008; JAMES, 2010). Esta Revolução de Independência é um capítulo particular na história da humanidade: trazidos de diversos países da África, com origens diferentes, religiões diferentes, idiomas diferentes, sistemas de crenças diferentes e etnias diferentes, os africanos transformados em escravos no Haiti foram capazes de produzir elementos de coesão e união necessários para a aglutinação revolucionária dos escravos, particularmente o vodu, o crioulo e o tambor.

Capítulo particular da história americana e mundial, a revolução nacional haitiana expôs ao mundo, na ferocidade em romper os grilhões da exploração colonial, a força do revide de um sistema mundial que se ampara na hierarquização racial, que possui um conteúdo e um cometimento racial, nacional e de classe.

Com a Revolução Francesa, os preceitos de liberdade individual não demoraram a encontrar os africanos escravizados pelos franceses em território haitiano. “Eles (os escravos) ouviam falar da Revolução (Francesa) e conceberam-na à sua própria imagem: os escravos brancos da França se levantaram e mataram os seus senhores e, assim, passaram a gozar os frutos da terra. Isso era grosseiramente impreciso, de fato, mas eles haviam apanhado o espírito da coisa. Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (JAMES, 2010, p. 87). Liberdade, Igualdade e Fraternidade, além de todos os direitos humanos propagados desde a França, se somaram à libertação do domínio colonial sobre a nação haitiana para irromper um processo revolucio-

³ Logicamente, o sistema capitalista mantém formas de produção assentadas na utilização de mão de obra escrava. Isto ocorre no Brasil inclusive com imigrantes haitianos, conforme verificou resgate realizado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no início do mês de agosto em oficina de costura da cidade de São Paulo – SP. Mais informações: <http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo/>

nário *sui generis*, que evidenciou o que sabemos hoje: liberdade, igualdade e fraternidade são apenas para alguns, não para todos. Como defendiam os governantes franceses da época, Napoleão Bonaparte à frente, “não trouxemos meio milhão de escravos das costas da África para torná-los cidadãos franceses” (JAMES, 2010, p. 123). Era o próprio sucesso do empreendimento colonial francês o que estava em jogo, bem como a capacidade de a burguesia, e nisto não apenas a francesa, de impor limites ao discurso e à prática revolucionária que lhe fizeram derrubar a aristocracia, para frear os ímpetus proletários – e anticoloniais. “A tomada da Bastilha no dia 14 de Julho fez mais do que intimidar o Rei e a Corte. Assustou a burguesia, que se apressou em formar a Guarda Nacional, excluindo dela estritamente os pobres” (JAMES, 2010, p. 75). Rapidamente, e motivado pelas pressões do capitalismo industrial britânico em expansão, surge na França um clamor pelo fim da escravidão, corporificado no grupo Amigos dos Negros. No imediato pós-Revolução, o clamor era uma força real, sobretudo por que o movimento de insurreição dos escravos no Haiti já era uma força real. Todavia, com o arrefecimento do caráter revolucionário da burguesia francesa e da República francesa em geral, a causa antiescravista perde força, e a burguesia colonial, instalada até a medula nos negócios com o Haiti e o tráfico de escravos, passa a defender renhidamente a sua posição de classe na estratificação social, eminentemente racial, da colônia, já com o apoio do novo governo francês. As disputas imperialistas entre França, Inglaterra e mesmo Espanha (a Independência Haitiana precedeu a todas as libertações coloniais hispânicas na América Latina) levaram esta última a oferecer apoio militar aos escravos insurgentes, buscando, logicamente, recuperar o domínio da ilha, perdido desde o Tratado de Ryswick, em 1695.

Naquele momento, os negros não sabiam onde estavam seus verdadeiros interesses. E se não sabiam não era por culpa deles, pois a Revolução Francesa, ainda nas mãos dos liberais e 'moderados', estava claramente inclinada a levar os escravos de volta à velha escravidão. Assim, quando os espanhóis em São Domingos ofereceram aliança aos negros contra o Governo francês, naturalmente aceitaram. Eis aqui homens brancos que lhes ofereciam armas, munições e suprimentos, reconhecendo-os como soldados, tratando-os como iguais e pedindo-lhes que atirassem contra outros brancos (JAMES, 2010, p. 125).

Os escravos revolucionários, já organizados em tropas e buscando o controle sobre o território haitiano, não se alinharam de todo à Espanha, pelas razões coloniais históricas e por não verem ali um aliado incondicional. Dado que o governo proveniente da Queda da Bastilha tornava-se cada vez mais conservador, sucederam-se missões e mais missões militares francesas para exterminar os escravos revolucionários. Os líderes haitianos, figuras humanas tão grandiosas quanto ocultadas pela historiografia tradicional, foram mortos, ou em combate no

Haiti, como Jacques Dessalines, ou torturado sob fome e frio nos Alpes, como Toussaint L'Ouverture (JAMES, 2010).

Depois de uma luta tirânica contra 60 mil veteranos das conquistas napoleônicas, os ex-escravos sacodem a dominação colonial em 1804, no início do século 19, e proclamam a independência. A revolução se baseava em um consenso sobre a abolição da escravidão, a consolidação da independência e a construção de um novo país, no qual não se excluía de nenhuma maneira interesses múltiplos e contradições na nascente sociedade (CASTOR, p. 2008, p.12).

A Independência formal fora obtida, mas o imperialismo tinha uma “lição” a dar aos escravos, pobres e negros do mundo: num misto de vingança e juízo final, sob ordens diretas de Napoleão, uma ofensiva francesa realizou gigantesco massacre no Haiti, e ateou fogo e toda a ordem de destruição às fazendas e demais instalações e bases produtivas do país. O país sofreu também forte embargo econômico por parte das principais forças capitalistas mundiais, sendo impedido com isto de reunir os elementos materiais necessários à sua reconstrução soberana.

O Haiti sofreu um bloqueio econômico por parte da França, da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos, depois de conquistar sua independência em 1804, até terminar de pagar à França indenizações por uma guerra que havia ganhado, e por direitos de liberdade e independência que havia conquistado. Tanto o Haiti como outras ilhas do Caribe foram invadidas várias vezes com base na ‘Doutrina Monroe’ e na política do ‘Big Stick’ pelas forças de ocupação norte-americanas. A ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular, a repressão a expressões culturais como o vodu, a criação de tensões raciais e transformações culturais importantes” (GRONDIN, 1985, p. 88).

O que revela o revide do imperialismo é a necessidade de dar um exemplo de disciplinamento ao mundo, particularmente aos países periféricos, e demonstrar que, não obstante o sucesso da Independência Negra no Haiti, não é possível existir caminho nacional que escape ao controle e ao domínio das estruturas de poder do imperialismo. Se não pertencesse o Haiti à França, que não pertencesse o Haiti a ninguém. E se não fosse um país capitalista governado por brancos, ainda que pobre como a grande maioria dos países no mundo, que também não pudesse florescer ali um povo livre. O resultado foi a esterilização completa do solo haitiano, e uma marginalização global que condenou o país, outrora colônia mais próspera do mundo, a país mais miserável da América, sob observação atenta do imperialismo.

O desenvolvimento do capitalismo no Haiti é produto e produtor do comércio colonial, das revoltas escravas, da Independência Negra a 1º de Janeiro de 1804 e da marginalização

secular do país pelo imperialismo. Estes processos se inserem na criação e reprodução de subalternidades e hierarquias étnicas e de classe, elementos fundantes da apropriação pelo capital da mobilidade internacional da força de trabalho haitiana (COVARRUBIAS, 2010). A produção, portanto, de uma tradição migrante no país é um processo histórico que se refere à própria forma com a qual o capitalismo desenvolve-se no país, criando e recriando desigualdades nacionais e vinculando até a medula o sistema econômico, político e social do país às exigências do capitalismo central. O fenômeno migratório internacional, por suas complexidades e particularidades, refere-se sempre a dois ou mesmo mais países. É um produto da relação entre eles, especialmente da desigualdade entre eles.

O Haiti não é uma ‘ilha de Robinson Crusóé’. Forma parte ativa de uma rede mais ampla, o que condiciona seu desenvolvimento e, até certo ponto, o define. A cadeia de transmissão de influência do sistema pode ser composta pela elite e também pelos grupos de poder colonizados, ocidentalizados e voltados para as metrópoles (Estados Unidos e Europa), consideradas como os modelos de cultura e desenvolvimento. A influência vem de forma direta, através de intervenções, programas de desenvolvimento, culturais ou religiosos, ou dos meios de comunicação de massas. Tudo isso é uma condição do sistema capitalista para manter a sua sobrevivência. O sistema que foi imposto no Haiti tende a estender sempre mais seus tentáculos para conseguir a maximização dos lucros. Os grandes centros de decisão e de poder se situam no exterior do país (...). O Haiti continua atado a uma rede de dependência múltipla, a um conjunto de relações de dominação que têm como força motriz o capitalismo em escala mundial. As possibilidades de desenvolvimento no Haiti e sua vida nacional são amplamente condicionadas pela natureza das relações que estabelece no chamado sistema internacional, mas também pela evolução desse sistema, ou seja, das correlações de força que ali se instalaram, se arraigam e se transformam (GRONDIN, 1985, ps. 86-87).

Pois é a evolução histórica deste sistema o que consolida o drama haitiano e sua conversão a país mais pobre da América. O preço a ser pago pela Independência é cobrado ainda pelas potências imperialistas, e o fardo dele incide de forma decisiva nas condições de vida do povo haitiano.

A população haitiana, atualmente, é de 10.255.644 habitantes, dos quais 44,5% estão em condição de subnutrição. Apenas 17% da população do país possui acesso à rede sanitária, razão pela qual a maior parte das causas de morte no Haiti, as infecto-parasitárias, são derivadas de razões evitáveis. A cólera, por exemplo: piorada após o terremoto de Janeiro de 2010, poderia ser superada com melhorias simples no sistema sanitário e tratamento de água. A despeito destes dramas nacionais, apenas 1,5% do PIB do país é investido em saúde. Dentre os haitianos, 34,7% não são alfabetizados. Em média, consomem 2.080 kcal ao dia, mesma quantidade de calorias que no Iêmen e na Tanzânia. Esta é a alimentação diária dentro de um

contexto de crise alimentar permanente, em que 61,7% dos haitianos vivem com menos de um dólar ao dia. É um país que se equilibra nesta linha. Como apenas 26,1% dos partos são assistidos por profissional de saúde qualificado, em 350 de cada 100.000 nascidos vivos a mãe não sobrevive ao parto. Setenta em cada mil crianças morrem até os cinco anos de idade. Cinquenta e três morrem antes de completar um ano de vida (IBGE, 2013). Segundo dados do Banco Mundial, 84% dos egressos universitários haitianos passam a viver fora do país com o término de seus cursos superiores, o que revela o elitismo e distância do ensino superior em relação aos problemas nacionais mais dramáticos. Os elementos sociais, econômicos e políticos deste drama condicionam historicamente o país como um país de emigração, criando no país uma tradição migrante (MAGALHÃES, 2014). Referindo-se à manutenção destas condições mesmo com um sem-número de projetos de ajuda internacional e o fracasso da propalada expansão econômica do governo Baby-Doc (Jean-Claude Duvalier, filho do Papa Doc, o ditador Jean-François Duvalier), Grondin (GRONDIN, 1985), sentenciou que

o Haiti continua sendo o único país da América a pertencer ao Grupo dos 25 países mais pobres do mundo, criado pelas Nações Unidas. A fome generalizada, a *fuga dos haitianos para outras terras*, o drama dos boat-peoples e dos cadáveres de haitianos encontrados nas praias de tantas ilhas do Caribe, demonstram que a revolução econômica, depois de 12 anos, ainda não produziu seus tão anunciados efeitos benéficos (GRONDIN, 1985, p. 50).

Um aspecto importante do extrato acima é a referência às condições em que viajam os migrantes, em projetos muitas vezes suicidas, sem garantias de segurança e com a permanente dúvida de se conseguirão chegar ao país de destino. A saída desesperada do país responde, por um lado, às próprias condições precárias da existência humana, como visto acima. Todavia, por outro lado, é preciso analisar que além destes fatores de repulsão operam ainda fatores de atração, e a atuação destes últimos fatores é um elemento de fundamental importância para entendermos a razão de, atualmente, os haitianos migrarem também rumo ao Brasil.

A análise dos fatores de atração dos imigrantes haitianos revela um aspecto importante do processo migratório internacional, que buscaremos aprofundar neste artigo: a capacidade de as intervenções militares estrangeiras inserirem os países responsáveis por esta ocupação no horizonte migratório do sujeito migrante ainda no país ocupado. Neste sentido, faz sentido pensar, além de razões econômicas, que os dois principais fluxos migratórios internacionais que partem do Haiti sejam os Estados Unidos e a França, países com histórico de ocupação militar no Haiti. Detenhamo-nos neste ponto antes de apresentar a hipótese de que também a

presença militar e econômica brasileira no Haiti possa ter relação com a recente vinda de haitianos ao Brasil.

Imperialismo e Migração: A rota Haiti – Estados Unidos

A presença militar norte-americana no Haiti remonta a princípios do século XX. Como em outros países do mundo, esta presença estrangeira acabou por criar e condicionar relações entre os dois países que envolvem, inclusive, fluxos migratórios do país invadido ao país invasor. Analisar a migração do Haiti aos Estados Unidos neste sentido é um passo essencial para se pensar a migração de haitianos ao Brasil sob a influência do subimperialismo brasileiro. Detenhamo-nos na relação entre Haiti e Estados Unidos, por ora.

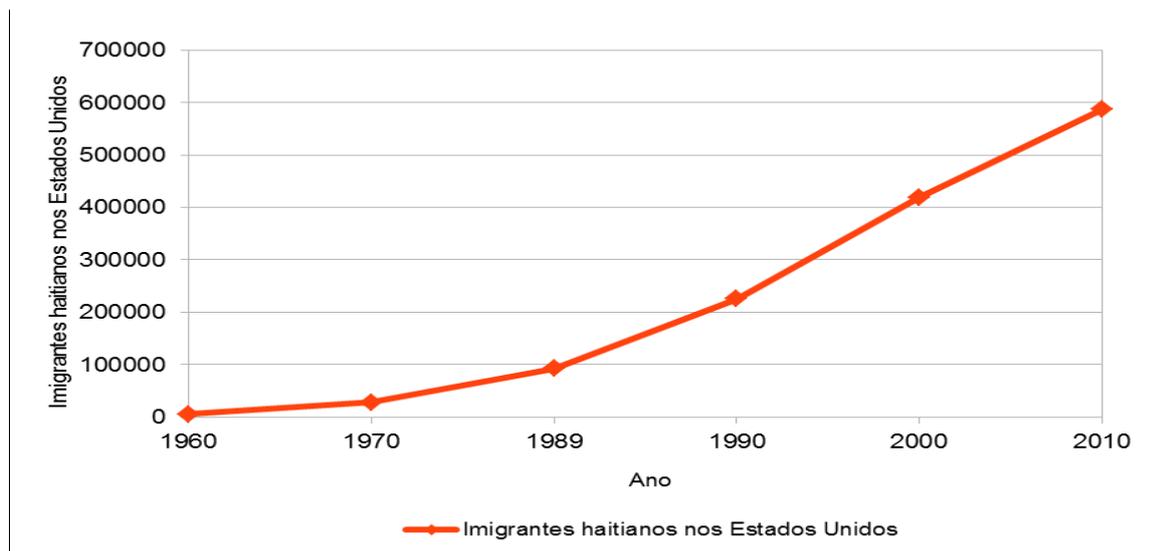
As condições precárias de vida no Haiti engendram a atuação sistêmica de fatores de expulsão da população do país, impelindo-a a emigrar internacionalmente (DURAND, 2010). Seja para a população que obteve ensino superior, e que não encontrará aplicação vantajosa financeiramente aos seus ofícios no país, seja para a população mais pobre, sem recursos e sem garantias de vida, cujo trabalho não a permite uma vida digna, migrar para outros países é uma possibilidade sempre presente. E presente para todos os estratos sociais da população haitiana, de modo que exista uma estratificação social e econômica dos migrantes segundo o país de destino: como migrar exige, todavia, recursos, as migrações de longa distância (como França e Brasil) requerem economias que envolvem a ajuda de familiares e amigos, indicando nestes casos que o projeto migratório é uma estratégia familiar e não apenas individual de subsistência.

Atualmente, 1.134.000 haitianos residem fora do país, isto é, 11,05% da população do país (MPI, 2013). Historicamente, os Estados Unidos são o destino preferencial, por vários fatores: proximidade, atuação das redes sociais, economia do país e, principalmente, a atuação do imperialismo norte-americano nos Estados Unidos. São 664.000 os haitianos residentes nos Estados Unidos (MPI, 2013). A seguir, os destinos mais comuns são a França, com 77.000 emigrantes haitianos, o Canadá, com 70.000 emigrantes haitianos, e Bahamas, onde 40.000 emigrantes haitianos atuam no sistema hoteleiro da região ou apenas usam a região como etapa migratória para os Estados Unidos.

Como fluxo representativo, a presença haitiana nos Estados Unidos existe desde a primeira metade do século XX, embora haja relatos de emigração massiva ao país durante a época sangrenta das lutas de independência (JAMES, 2010), na passagem do século XVIII ao

XIX. De 1960 até 2010, o total de emigrantes haitianos nos Estados Unidos passou de 5.000 para 606.000, chegando, atualmente, a representar 1,5% de toda a população imigrante norte-americana (MPI, 2013). O Gráfico I apresenta, para estas décadas, a evolução do volume de emigrantes haitianos residentes nos Estados Unidos:

Gráfico I – Imigrantes haitianos residentes nos Estados Unidos (1960 – 2010):



Fonte: MPI, 2014.

Como vimos, uma das consequências impostas pelo imperialismo à Revolução de Independência Negra no Haiti foi o embargo econômico e o isolamento comercial. Não devemos entender com isto que o Haiti foi excluído do sistema capitalista mundial. Pelo contrário, ele aprofundou sua vinculação a ele, de forma ainda mais subordinada. Não se trata de exclusão, mas de uma forma subalterna de participação. O Haiti atualmente é produto direto desta vinculação. Com todo o seu valor histórico, a Independência no país não representou a ruptura com o sistema capitalista, criador das subalternidades e promotor do desenvolvimento econômico e social dependente no país caribenho; se é verdade que o sistema colonial substituiu a Espanha pela França na dominação do país, também é verdade que o capitalismo industrial, ao atingir sua etapa imperialista, substituiu a França pelos Estados Unidos (CASTOR, 2008; JAMES, 2010). E a expansão norte-americana não poderia buscar o domínio das áreas mais distantes se não conquistasse, antes, o domínio de seus vizinhos. É, então, no início do século XX que

o imperialismo nascente leva os Estados Unidos a considerarem toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal. Assim, em 1915, o desembarque dos *marines* estadunidenses inicia a ocupa-

ção mais longa (1915 – 1934) na zona do Caribe e América Central. A crise de hegemonia se resolve de fato e a modernidade procurada se traduz na ordem estabelecida pelo ocupante a partir de uma reacomodação do poder político com o exército, recém-criado como coluna vertebral (CASTOR, 2008, p. 12).

Militar e economicamente, os Estados Unidos se tornam força fixa no Haiti no século XX, dominando diretamente as escassas estruturas produtivas do país e influenciando, sob as mais variadas formas, a política nacional de acordo com o interesse de suas empresas, isto é, do imperialismo norte-americano.

Tanto o Haiti como outras ilhas do Caribe foram invadidas várias vezes com base na ‘Doutrina Monroe’ e na política do ‘Big Stick’ pelas forças de ocupação norte-americanas. A ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular, a repressão a expressões culturais como o vodu, a criação de tensões raciais e transformações culturais importantes. Atualmente, o maior impacto sobre as culturas locais vem, talvez, através da atuação das multinacionais, ponta de lança do capitalismo oligárquico. O Haiti, como os demais países dependentes, está preso nas três estruturas sociais de poder: tecnologia, capital e comunicação. O seu processo embrionário de industrialização, com base na tecnologia externa, assim o capital de financiamento e a comercialização e, especialmente, a difusão da ideologia da sociedade de consumo são característicos do seu modelo de desenvolvimento e garantem sua dependência externa (GRONDIN, 1985).

Particularmente as últimas décadas do século XX aprimoraram esta dinâmica, intensificando a polarização de classe no país e agravando as condições sociais de tal modo que o consenso nacional se torna secundário frente à necessidade de uma solução armada aos conflitos sociais (CASTOR, 2008): sucessivos golpes e deposições se tornam a face mais visível de um país dramaticamente desigual. A presença militar externa requeria ser renovada, justificada, para a manutenção da estrutura social e econômica no país. Neste contexto que a ONU interviu no país, com o exército brasileiro à frente, através da Minustah.

Com o terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de Janeiro de 2010, e que causou a morte de mais de 200.000 pessoas, deixando mais de 1.500.000 sem abrigo e inaugurando um novo ciclo trágico de contágio e morte por cólera, as condições de vida no país, que já eram precárias, se deterioraram ainda mais. Hospitais, escolas, prédios públicos e universidades foram destruídos, e isto se torna ainda mais trágico se levarmos em conta que tais estruturas já eram muito limitadas e incapazes de absorver os haitianos antes mesmo do abalo sísmico. A existência humana no Haiti tornava-se cada vez mais difícil, de modo que os fatores de expulsão intensificaram sua atuação sobre a dinâmica migratória no país. Todavia, a conjuntura econômica internacional havia mudado desde os anos 1960: um conjunto de alterações, histori-

camente engendradas, colocaram o Brasil na rota dos emigrantes haitianos. É preciso entendê-las para analisar com mais precisão as especificidades deste fluxo migratório.

Sub imperialismo e Migração: A rota Haiti – Brasil

Nesta seção, investigaremos se a categoria de “subimperialismo” (MARINI, 2000; LUCE, 2007; LUCE, 2011; MARINI, 2012) é capaz de atuar como um elemento condicionador da formação do fluxo migratório do Haiti ao Brasil, particularmente após o terremoto de Janeiro de 2010 e o fortalecimento da presença militar brasileira no país. Pretendemos, com isto, contribuir ao estudo deste fluxo e à própria teoria migratória, propondo um marco interpretativo sobre as migrações que contemple a análise dos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência.

Assim como a literatura sobre migrações internacionais produziu o conceito de “migrantes coloniais” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010), para designar o fluxo migratório que parte de uma ex-colônia e se dirige a uma ex-metrópole (como os caribenhos nos Estados Unidos, os equatorianos e peruanos na Espanha, os africanos na França, Bélgica, Holanda e Portugal, apenas para citar alguns exemplos), vislumbramos neste artigo definir fluxos migratórios condicionados pela presença (econômica, política e militar) do Brasil no Haiti. O fenômeno do subimperialismo, neste sentido, é crucial.

Primeiramente, deve-se destacar mais uma vez que o Haiti é historicamente objeto de presença econômica e militar estrangeira (CASTOR, 2008). Esta presença estrangeira já foi de natureza colonial, no século XVIII, e de natureza imperialista, durante o controle político e militar dos Estados Unidos no século XX. Atualmente, neste início de século XXI, com a presença brasileira na coordenação de forças militares de estabilização (Minustah), ela é de natureza subimperialista.

A presença estrangeira no Haiti opera como uma instituição militar, econômica e política fundamental da sociedade nacional. Apenas o que é catalogado no Balanço de Pagamentos do país como “ajudas” internacionais representam em torno de 60% do orçamento do Haiti. Pela presença externa, calcula-se que vivam no Haiti 7.200 soldados, 1.500 policiais e incontáveis especialistas e trabalhadores civis (CASTOR, 2008). É neste contexto de primazia do externo e subordinação a este em que se insere a Minustah.

A resolução 1.592 de fevereiro de 2004 adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas acordou, para estabilizar o Haiti, o desenvolvimento imediato de uma força rápida interina seguida de uma força multinacional para assegurar uma intervenção em longo prazo. Esta missão internacional de manutenção da paz, a Minustah, era a sexta implementada no país no lapso de um decênio (CASTOR, 2008, p. 18).

O Brasil atua neste contexto, deve-se explicar, não por opções particulares de sua burguesia ou de seu governo. A expansão brasileira ao exterior é fato inerente do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, e este processo se dá, não sem contradições, pelo menos desde a etapa de maior industrialização da economia dependente. Entendamos melhor este ponto para, definido corretamente o fenômeno do subimperialismo, investigarmos se é lícito interpretá-lo como capaz de condicionar fluxos migratórios ao Brasil.

A relação “metrópole-satélite”, com a expansão do capitalismo industrial e a monopolização crescente do capital, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, se tornou mais complexa. Ao esquema clássico de uma metrópole e suas colônias e satélites, foi adicionado um conjunto de países que ocupa posição intermediária na acumulação de capital em escala global. São países dependentes, pois inseridos na divisão internacional do trabalho de forma periférica, subordinada. Todavia, o desenvolvimento do capitalismo nestes países gerou em sua economia uma expansão industrial descomunal, cuja mais-valia criada o seu mercado interno não tem condições de realizar internamente, pela restrição histórica do consumo nestes países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Tendem, seja para realizar esta mais-valia, seja para buscar matérias-primas e fontes energéticas e naturais, a expandirem-se em países que ocupam posições ainda mais subalternas na divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a produção capitalista, mundializada, condicionou níveis intermediários de acumulação, de composição orgânica do capital. São os chamados países de semi-periferia.

Não basta, todavia, estar situado nestes níveis intermediários de composição orgânica do capital. É preciso que sua economia esteja ainda orientada à realização de mais-valia no exterior, e que tenha condições inclusive políticas de realizar esta expansão, além do acesso a uma força de trabalho mais barata, da exportação de manufaturas e do controle de recursos energéticos e naturais de outros países (LUCE, 2011; MARINI, 2012). Sobre o sub imperialismo, Ruy Mauro Marini (MARINI, 2012), afirma que

na prática, isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira em direção ao exterior, no afã de compensar sua incapacidade de ampliar o mercado interno através da conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina. Esta forma de imperialismo conduz, no entanto, a um sub imperialismo. Efetivamente, não é possível para a burguesia

brasileira competir em mercados já repartidos pelos monopólios estadunidenses (...). Não lhe resta, portanto, outra alternativa a não ser oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, usando como argumento as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar. O capitalismo brasileiro se orientou, assim, rumo a um desenvolvimento monstruoso, posto que chega à etapa imperialista antes de ter conquistado a transformação global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias capitalistas centrais, o sub imperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção (MARINI, 2012, ps. 156-157).

Nos últimos anos, a economia brasileira experimentou uma expansão, e o Brasil redimensionou-se no rol dos principais países da geopolítica mundial. Como suporte da expansão econômica, necessita cada vez mais ocupar os postos da gerência capitalista internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. A participação nas missões militares de estabilização promovidas pela ONU, e particularmente a participação como coordenador no caso do Haiti – em uma conjuntura em que as forças militares de outras potências concentram-se na chamada guerra ao terror no Oriente Médio – são exemplos desta necessidade. Sob o véu da liderança das forças de paz no Haiti, a presença brasileira no país é condicionada pelos fatores acima descritos, o que explica a forte presença de empresas brasileiras no mercado local e a ação estratégica especialmente daquelas empresas que se ocupam da reconstrução do país, as empreiteiras e grandes construtoras brasileiras. Ademais, havia e há ainda, o interesse brasileiro em criar, a seu modo, uma estrutura latino-americana integrada apta a suportar a expansão de suas empresas ao exterior e ainda de mostrar ao mundo, particularmente ao Conselho de Segurança da ONU, a capacidade brasileira de intervir e arbitrar conflitos sociais armados, de modo a candidatar-se a um assento neste Conselho.

Com tais objetivos, o governo brasileiro assumiu postura resignada quando da deposição do presidente democraticamente eleito no Haiti, Jean-Baptiste Aristide, em 2004. Não manifestou-se contrário à invasão do país por tropas francesas e norte-americanas, não manifestou-se contrário à derrubada do Presidente Aristide e também não tardou em reconhecer Gerard Lartoutue como presidente interino do país (LUCE, 2007). Unicamente, expressa sua “preocupação pela situação política no país” (LUCE, 2007, p. 48) através de uma nota oficial.

Era justamente o ano de comemoração do 200º aniversário da Independência do Haiti. O sistema imperialista mundial, no entanto, ainda não aceitava a dimensão e o significado daquele ato de ruptura com o sistema colonial vigente. Dos embargos econômicos às invasões militares estrangeiras, o Haiti continuava pagando o pesado preço de sua busca por liberdade.

Mas não se tratava de um distanciamento ou alheamento brasileiro em relação à questão, mas sim da concordância ou cooperação de seus interesses estratégicos na região. Tanto que, passo seguinte, o país assume a coordenação da Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), oferecendo aos Estados Unidos a possibilidade de deslocar suas tropas na região ao Oriente Médio.

Ao assumir o comando da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) e o envio de maior contingente de tropas ao Haiti, o Brasil poupou maior esforço dos Estados Unidos no momento em que estes sofrem desgaste com a resistência à ocupação do Iraque. Por esta razão, a Minustah veio a se constituir no principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o Departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina (LUCE, 2007, p. 48)

A despeito do que afirmam e tentam justificar as autoridades militares e diplomáticas brasileiras, a presença militar brasileira no país e seu papel na derrubada do governo de Aristide é vista como uma violação à soberania e mesmo à dignidade humana no país.

Nenhum povo quer a presença de tropas estrangeiras no seu território e o povo haitiano não é uma exceção. São, teoricamente, forças de paz, mas não houve nenhum acordo prévio entre as partes em conflito que possa sustentar a possibilidade de tal mandato. Porém, as forças armadas da Minustah são forças de ocupação e são rejeitadas como tais por importantes setores da população. Chegaram ao país pela mão dos mesmos poderes centrais – Estados Unidos, França e Canadá – que souberam aproveitar o repúdio geral ao presidente para patrocinar a sua derrocada e assegurar a ascensão de um novo governo, mais eficaz e útil aos seus propósitos (JUBILEU BRASIL, 2007, p. 26).

O subimperialismo brasileiro, no marco desta ocupação militar, utiliza-se de uma aparência benévola, no sentido que lidera forças de estabilização e de paz no país, não obstante ter uma essência econômica que reside na busca por fontes energéticas e naturais e no lucro extraordinário oferecido pelo vantajoso negócio das (re)construções. Na correlação de forças do subimperialismo brasileiro, a presença no Haiti constitui uma especificidade, é o único país “ocupado” pelo Brasil em que a dimensão militar desta presença sobrepõe-se à dimensão econômica, embora esta seja a determinante. O conceito de “cooperação antagonica” (LUCE,

2011; MARINI, 2012) é essencial para elucidar esta questão: embora a atuação brasileira no país se dê no sentido das forças de estabilização e de contenção dos movimentos sociais e populares, no resguardo da estrutura de classes interna e na manutenção dos interesses capitalistas na região (cooperação com o capitalismo mundial, especialmente com o imperialismo norte-americano), existe um alto grau de especificidade dos próprios interesses nacionais brasileiros no país (antagonismo com outras forças imperialistas, como Estados Unidos e França). Não podemos perder de vista, todavia, que o antagonismo, adjetivação da relação, mesmo em seus momentos mais tensionados não chega a alterar a situação, substantiva, de cooperação no marco geral da intervenção imperialista na região.

O que interessa retermos é que a presença brasileira no país, seja militar ou econômica, apresenta um “Brasil potência” à milhões de haitianos sem perspectivas de reprodução social de sua existência no país. Como indicado por Saskia Sassen (SASSEN, 1988), esta presença estrangeira incide objetiva e subjetivamente na vida dos habitantes locais, inserindo no imaginário e no próprio projeto migratório deles a possibilidade de migrar ao país estrangeiro. Historicamente, o sistema capitalista mundial cria e recria estes laços, levando muitos autores a conceituar estes migrantes de “migrantes coloniais” (BINFORD, 2007; COVARRUBIAS, 2010). O caso do Brasil e sua presença subimperialista no Haiti, no entanto, é um fenômeno diverso: o Haiti não é e nunca foi colônia brasileira. A própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil. Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil. Esta relação nos leva a refletir, ainda que de forma breve e inicial, na capacidade de o subimperialismo condicionar a dinâmica migratória internacional, e criar e impulsionar um fluxo específico entre o país objeto da expansão subimperialista e o país que a promove efetivamente.

Embora não utilizando explicitamente a categoria do subimperialismo, esta relação acima indicada já fora percebida por autoras que são referência no estudo das migrações (SALES, 1996; PATARRA, 2012).

Teresa Sales (SALES, 1996) não hesita em relacionar a migração de paraguaios ao Brasil com o fenômeno da expansão da posse de propriedades agrárias paraguaias por fazendeiros e empresas brasileiras. E vai inclusive além: insere esta presença brasileira no país vizinho no âmbito da dinâmica expansiva da agricultura brasileira, que se alastra aos países do Cone Sul mantendo o padrão agrário concentrador, latifundiário, e da oposição a este modelo, analisando concretamente as lutas travadas no campo e o surgimento do MST. Trata-se de uma pista importante de como o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, que engendra o fenômeno do subimperialismo, impulsiona o capitalismo brasileiro ao exterior e

motiva a criação de fluxos migratórios particulares. Tais fluxos, como apontam o caso específico dos paraguaios, movem milhares de migrantes para as cidades brasileiras. Dentro desta lógica, evidencia-se uma relação entre a presença paraguaia no Brasil e a própria presença brasileira no Paraguai. Para as hipóteses deste trabalho, convém destacar que esta presença brasileira no Paraguai não se dá ao acaso, senão que é produto das leis próprias do desenvolvimento do capitalismo dependente: o crescimento industrial desproporcional às capacidades de consumo em nosso país gerou uma pressão pelo controle das fontes energéticas no Paraguai (particularmente a energia das hidrelétricas, através do controle sobre Itaipú) e, por outro lado, as exigências da economia importadora brasileira ultrapassaram os limites territoriais do país, e buscaram também o acesso e o monopólio da terra no Paraguai, através do que uma extensa parcela do território fronteiriço passou a ser controlado por produtores de soja brasileiros. Estes dois movimentos de pressão condenam parcelas imensas do território paraguaio à inundação por barragens e também concentram a propriedade da terra no país. O resultado é a intensificação de um fluxo migratório que se dirige também ao Brasil, como tem ocorrido nas últimas décadas. O último Censo apurou que 24.610 pessoas migraram do Paraguai para o Brasil entre 2005 e 2010, constituindo este como o terceiro maior fluxo recebido pelo Brasil neste período, atrás apenas de Japão, em segundo, e Estados Unidos, em primeiro⁴.

Percebe-se, com isto, que o subimperialismo brasileiro pode sim condicionar fluxos migratórios específicos.

Esta percepção é reforçada por Neide Patarra (PATARRA, 2012). Ao referir-se à deterioração das condições econômicas e sociais no Haiti, Patarra (PATARRA, 2012), afirma que “neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social” (PATARRA, 2012, p. 13). Concorrem para isto as ideias colhidas junto aos militares brasileiros no país, as atividades organizadas no Haiti pelo governo brasileiro, incluindo de visitas de Estado do Presidente Lula até amistosos da seleção brasileira e um conjunto de informações bastante imprecisas sobre a vida no Brasil.

Destaca-se que há pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma, no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propaga-

⁴ Em que pese a importância do dado, deve-se considerar que muitos destes migrantes são, na realidade, retornados. Mesmo assim, estão sujeitos, logicamente, à atuação dos fatores que condicionam o processo migratório rumo ao Brasil.

dos por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade sul do país, e o Batalhão Brasileiro MINUSTAH. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e a suposição de que o Brasil não deporta aos migrantes irregulares. Os migrantes que esperavam radicarse de modo permanente no Brasil eram uma minoria. Aqueles que buscavam apenas residir de modo temporário, em termos gerais esperavam poupar de 10.000 a 20.000 dólares por ano (a estimativa resulta das discussões com os grupos focais). Entre os migrantes que buscam residir de maneira permanente, suas expectativas incluíam a compra de um veículo e uma casa, e dispor de fundos suficientes para trazer toda a sua família ao Brasil e cobrir suas necessidades materiais com um único salário. Quanto aos migrantes mais jovens, suas expectativas principalmente estavam associadas ao acesso a uma educação superior (METZNER, 2014, os. 15-16).

Na ausência de informações ou na divulgação de informações imprecisas, o Brasil se consolida como um destino emigratório importante, em especial com a crise capitalista nos países de centro, como Estados Unidos e França, que incidiu diretamente sobre as condições laborais da classe trabalhadora nestes países. Um aspecto particularmente importante desta imprecisão de informações é produzido pelo próprio exército brasileiro no Haiti. Conforme destacado por Jorge Peraza, a miscigenação das forças militares brasileiras não raras vezes produz situações em que um militar negro encontra-se em posição hierárquica superior a um militar branco. Aos olhos dos haitianos, isto é visto como a expressão de um país em que um negro pode emitir ordens a um branco, ou seja, um país racialmente democrático. Poucas ilusões se desfazem tão rapidamente quanto esta.

As expectativas construídas em relação ao Brasil não são correspondidas pela realidade que encontram quando chegam ao país. As duras condições da viagem, as ameaças constantes dos coiotes, a espera pelos documentos já no Brasil, as dificuldades de emprego e de salário e a discriminação racial e social no Brasil são algumas das principais dificuldades que formam o mosaico de um país que não acolhe dignamente os imigrantes haitianos.

A relação entre subimperialismo e fluxos migratórios não é, certamente, direta ou causal. Trata-se, melhor dizendo, de fenômenos vinculados. O subimperialismo, como vimos anteriormente, se insere em uma conjuntura nacional que reúne fatores de expulsão populacional que vêm sendo produzidos desde a retomada imperialista no país. Ademais, esta conjuntura viu-se agravada pela destruição material, abatimento moral e caos sanitário causado pelo terremoto de 2010. Todavia, é inegável também que a presença brasileira e a vinculação da ideia de um Brasil pujante, potência, no imaginário e no horizonte migratório haitiano conso-

lidam o Brasil como país de destino de milhares de haitianos em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Esta análise estaria incompleta se não fizéssemos um esforço, ainda que inicial, de compreensão das características gerais dos fluxos de imigrantes haitianos no Brasil. Buscando uma aproximação a esta compreensão, apresentaremos a seguir alguns resultados preliminares de pesquisa de campo realizada no município de Balneário Camboriú – SC com um conjunto de imigrantes haitianos residentes na cidade.

O objetivo da análise que segue é buscar uma composição mínima, social e demográfica, dos haitianos entrevistados, sem a pretensão certamente de universalizar os resultados deste grupo amostral; pretende-se também levantar elementos para uma contextualização da forma com que chegaram ao Brasil e à cidade, e a forma também com que inserem social e economicamente, no município.

O Haiti é Aqui: Imigrantes haitianos em Balneário Camboriú

As informações que se seguem são referentes à pesquisa de campo realizada em Balneário Camboriú, cidade litorânea do Estado de Santa Catarina, localizada a 81 km da capital estadual (Florianópolis) e com população residente estimada em 2014 de 124.557 pessoas (IBGE, 2014). A pesquisa de campo iniciou-se com entrevistas realizadas no ambiente de trabalho e desenvolveu-se com entrevistas realizadas na sede da Associação dos Haitianos de Balneário Camboriú (ASHABC), situada em um bairro de periferia da cidade. Estas entrevistas foram realizadas entre os dias 11 de Fevereiro e 15 de Maio de 2014. Ao todo, foram entrevistados 31 trabalhadores haitianos, todos eles trabalhadores do setor de supermercados e construção civil, exceto Jennie⁵, a única mulher entrevistada, que trabalha como diarista. Além destas 18 entrevistas, foram entrevistas também duas gerentes de supermercado e um empregador de hortifrutigranjeiros. Abordaremos a seguir, com a mediação de estudos anteriores (PATARRA, 2012), os principais elementos presentes nas respostas aos questionários.

A maioria dos haitianos deixou o país através de um voo entre sua capital, Porto Príncipe, e a cidade de Quito, no Equador. Neste sentido, o fluxo específico de haitianos em Balneário Camboriú se assemelha ao fluxo geral de haitianos no Brasil. Como observa Patarra (PATARRA, 2012):

⁵ Nome fictício. Todas as identidades dos haitianos entrevistados serão preservadas utilizando nomes fictícios. Todas as demais informações são fidedignas.

o processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana, e por via aérea chegam a Lima, Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Dessas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos” (PATARRA, 2012, ps. 13-14).

A viagem longa a que se refere Patarra (2012) é até a fronteira do Brasil com o Peru, nos Estados do Acre e do Amazonas. Estes imigrantes que chegaram à América do Sul desembarcando em Quito, entraram no Brasil deslocando-se de ônibus desta última cidade até a fronteira do Perú com o Estado do Acre. Apenas três dos 31 imigrantes entraram via o Estado de Amazonas e sete imigrantes chegaram diretamente de avião na cidade de São Paulo. Mais uma vez, este movimento particular confirma a regra geral dos haitianos no Brasil.

Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminha ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho” (PATARRA, 2012, p. 14).

Os haitianos residentes em Balneário Camboriú não escapam a esta lógica: a maioria deles chegou ao Brasil em situação irregular, isto é, clandestinos, sem os documentos necessários à fixação de um estrangeiro no país. A Tabela 1 apresenta as informações sobre a condição de chegada, se documentada ou indocumentada, dos imigrantes haitianos entrevistados:

Tabela 1 – Condição de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados

Condição de chegada	Total
Documentada	7
Indocumentada	24
Total	31

Fonte: Dados levantados pelo autor, 2014.

Os sete haitianos que chegaram ao Brasil documentados tiveram como ponto de chegada não as cidades fronteiriças do Acre ou do Amazonas, mas sim a cidade de São Paulo. Clarkson, de 33 anos de idade, chegou ao Brasil em 12 de Novembro de 2012, com visto de

permanência por 5 anos, obtido na Embaixada Brasileira em Santo Domingo. Como dito, a posse do visto o fez não ter de se submeter à longa viagem entre Equador ou Lima e o Estado do Acre. Pelo contrário, viajou diretamente de Santo Domingo a Navegantes, com escalas na Cidade do Panamá e em São Paulo. De Navegantes, dirigiu-se imediatamente a cidade de Balneário Camboriú, onde sua mulher, Ayllen, que viera antes a cidade, o esperava. Um dia após chegar a Balneário Camboriú, Clarkson foi a Itajaí, onde há um escritório da Polícia Federal. Lá obteve a sua Cédula de Identidade Estrangeira, com validade até 2017.

Jeremie, de 32 anos de idade, é um dos outros 24 imigrantes que chegaram sem os documentos ao país. Sua viagem foi, por consequência, mais longa e perigosa. Do Haiti, viajou de ônibus à República Dominicana, país vizinho na ilha caribenha, de onde viajou de avião até a Cidade do Panamá. Do Panamá, embarcou de avião até Quito, onde iniciou uma viagem de 6 dias de ônibus até o Acre, passando por Lima. Ficou dois meses sob péssimas condições no Acre. Quando regularizou sua situação, obtendo um CPF e uma Cédula de Identidade de Estrangeiro, viajou a Balneário Camboriú, recrutado pela empresa Imbrasul Construtora e Incorporadora. No dia 17 de Novembro de 2011, chegou à cidade. Dois anos e dez dias depois, vieram sua esposa e seu filho. Jeremie recordou na entrevista que trabalhou intensamente em dois empregos para juntar, durante este período, R\$5.470 para a compra das passagens da esposa e do filho.

A trajetória de Jeremie e de cada um dos imigrantes haitianos que chegou indocumentado ao Brasil e hoje vive e trabalha em cidades do sul do país suscita uma importante questão: uma vez situados no Acre ou no Amazonas, que fatores atraíram estes haitianos ao pequeno município de Balneário Camboriú, distante dos grandes centros industriais do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte? A resposta a esta questão, importante para situarmos a trajetória migratória no espaço e investigarmos se esta cidade é mais um destino final ou uma etapa migratória⁶, tem respostas diferentes segundo o momento do fluxo migratório. Atualmente, isto é, para os fluxos migratórios atuais, a resposta reside na atuação das redes sociais: os amigos e parentes que já migraram dão referências positivas do lugar àqueles que ficaram, os incentivando a migrar e construindo uma rede de relações sociais e laborais na qual o migrante se inserirá. Previamente, já se tem garantias de emprego, hospedagem e ajuda inicial. Todos estes elementos são facilmente observados entre os haitianos em Balneário Camboriú: a rede social, fortalecida pela criação da Associação dos Haitia-

⁶ Em pesquisa em andamento, pudemos verificar que a cidade de Balneário Camboriú tem sido procurada por empresas da região Oeste de Santa Catarina para a realização de recrutamento dos haitianos nela residentes. Aproximadamente 150 haitianos já deixaram Balneário Camboriú para ir trabalhar no Oeste catarinense, especialmente nos frigoríferos da região.

nos em Balneário Camboriú no dia 05 de Março de 2013, é o que verdadeiramente dá sequência hoje ao fluxo, especialmente através do desejo e iniciativa de trazer à Balneário Camboriú os parentes que ficaram no Haiti. Todos os haitianos entrevistados declararam que deixaram família no Haiti. E isto aponta para outro elemento importante deste fluxo e central para a economia do Haiti: as remessas de migrantes. A Tabela 2 apresenta informações sobre envio de remessas aos familiares que permanecem no Haiti.

Tabela 2 – Envio de remessas aos familiares que permanecem no Haiti.

Remessas de migrantes	Total
Envia	25
Não envia	3
Não respondeu	3
Total	31

Fonte: Dados levantados pelo autor, 2014.

É predominante a realização de remessas, mesmo sob as duras condições do mercado de trabalho em que atuam os haitianos e os gastos elevados com aluguel. O envio das remessas indica a manutenção dos laços afetivos e materiais com a família, ao passo que guarda íntimas relações com a dedicação ao trabalho, o nível de poupança e consumo e as estratégias econômicas familiares. Clarkson, por exemplo, envia no dia 10 de cada mês remessas no valor de R\$1.000,00 para seus pais, que ficaram no Haiti. Para tal, Clarkson possui dois empregos, e sua esposa também trabalha. O compromisso com que ele envia remessas é justificado pela idade avançada dos pais e a impossibilidade de eles trabalharem no Haiti. Na mediação da saudade com a busca por uma vida melhor, Clarkson se vê entre o desejo de voltar ao Haiti em 2015 para visitar seus pais, o compromisso com o envio de remessas e a ajuda financeira para comprar passagens para que seus irmãos também venham morar e trabalhar em Balneário Camboriú. Sem saber, Clarkson é um agente ativo das redes sociais dos imigrantes haitianos na cidade: veio com a ajuda da esposa que viera antes e quer tornar possível a vinda de seus irmãos.

As redes sociais, materializadas hoje no espaço de ajuda mútua representado pela Associação dos Haitianos da cidade, são um elemento fundamental da atual conjuntura migratória internacional e de como Balneário Camboriú se insere nela. Todavia, no tempo germinal do fluxo migratório, as redes sociais são mais produto que causa destes fluxos, de modo que outro fator incidiu inicialmente na orientação da trajetória migratória dos haitianos rumo a Balneário Camboriú. As respostas aos questionários aplicados indicam haver uma forte atua-

ção de três empresas catarinenses no recrutamento e contratação de força de trabalho, ainda no Acre. Estas empresas foram até as cidades fronteiriças do Acre buscar a força de trabalho haitiana. Estas empresas são a Multilog, a Ambiental e a Imbrasul Construtora e Incorporadora.

A Multilog é uma empresa de logística em comércio exterior, sediada no município de Itajaí, vizinho de Balneário Camboriú. Seu principal produto é a armazenagem de bens, seu transporte para exportação, especialmente no Mercosul, e outros serviços conexos.

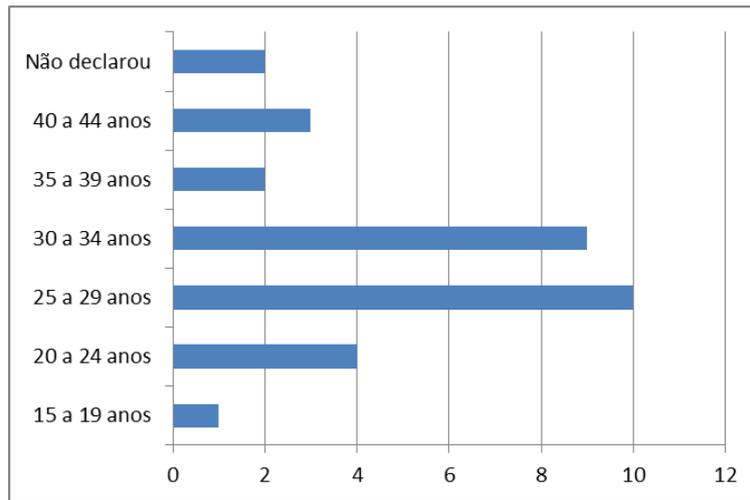
A Ambiental é uma empresa de execução de obras e de realização de serviços de limpeza urbana em nove cidades do Estado de Santa Catarina: Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José. Além da coleta e transporte de lixo, a Ambiental faz ainda tratamento de resíduos sólidos e operações de saneamento básico, e emprega diretamente mais de 1.800 trabalhadores.

A Imbrasul Construtora e Incorporadora é uma empresa sediada no município de Navegantes, distante 34 km de Balneário Camboriú. Constrói edifícios de alto padrão na região, especialmente na praia de Gravatá.

Em síntese: os primeiros haitianos em Balneário Camboriú trabalhavam como garis no município e no porto de Itajaí. Alguns haviam sido recrutados no Acre para trabalhar na construção civil em Navegantes, mas os atrativos em Balneário Camboriú (especialmente a maior oferta de emprego e acesso a serviços e a proximidade com os haitianos residentes em Balneário Camboriú) rapidamente os atraíram. Realizavam, portanto, tarefas mais intensas no uso da força física, menos qualificadas. Foi apenas posteriormente que os trabalhadores haitianos dirigiram-se ao trabalho nos outros setores, principalmente o de supermercados.

A idade média dos haitianos entrevistados é de 30 anos, embora a cúspide da estrutura etária desta amostra seja o intervalo etário de 25 a 29 anos. O Gráfico 2 permite uma visualização da estrutura etária dos 18 entrevistados:

Gráfico 2 – Estrutura etária dos haitianos entrevistados.



Fonte: Dados levantados pelo autor, 2014.

O mais jovem haitiano entrevistado é Gerard, de 22 anos. O mais velho é Yves, de 44 anos. Ambos chegaram indocumentados ao país. A concentração da idade dos entrevistados nos grupos etários mais produtivos revela que nossa amostra, pequena certamente, é de pessoas que chegam a Balneário Camboriú principalmente para trabalhar.

A análise da data de chegada ao Brasil dos haitianos entrevistados sugere que o fluxo ainda está em expansão. A Tabela 3 apresenta informações sobre o ano de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados.

Tabela 3 – Ano de chegada dos imigrantes haitianos entrevistados.

Ano de chegada à cidade	Total
2011	2
2012	4
2013	15
2014	7
Não respondeu	3
Total	31

Fonte: Dados levantados pelo autor, 2014.

A indicada expansão do volume do fluxo a cada ano apresenta não um problema mas um desafio aos responsáveis pela política migratória nacional, os prefeitos e gestores das cidades com presença imigrante e toda a sociedade do local de destino: dar acolhida aos imigrantes, criar as condições sociais, econômicas e laborais para que não haja discriminação, e estender a eles os serviços e direitos consagrados pela Constituição Federal brasileira.

Quando perguntados sobre o desejo de voltar ao Haiti, os entrevistados tiveram de fazer um balanço principalmente entre a saudade dos familiares que ficaram, as condições de vida e de trabalho em Balneário Camboriú, além de suas perspectivas, e as duras condições de vida reinantes no Haiti. O resultado desta mediação não foi uniforme, conforme se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Desejo de retorno ao Haiti.

Retorno ao Haiti	Total
Deseja voltar	12
Não deseja voltar	13
Deseja apenas para visita	3
Deseja ir para outro país	2
Total	31

Fonte: Dados levantados pelo autor, 2014.

Além dos 31 trabalhadores haitianos entrevistados, foram entrevistadas também duas gerentes de supermercados em Balneário Camboriú, as quais afirmaram que os haitianos “trabalham muito bem, muito contentes”, destacando a felicidade com que vivem e trabalham. Em apenas um dos dois supermercados o número de trabalhadores haitianos era de 16, e havia mais uma haitiana a ser contratada. Os principais serviços dentro deste supermercado eram a cozinha, a reposição, o setor de frutas, o açougue e a padaria. Não fizeram referência, portanto, a trabalhadores haitianos no caixa e no empacotamento das compras – nem em atividades de gerência no supermercado. As gerentes afirmaram que é prática dos supermercados contratar apenas aqueles que possuem o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). Destacaram que os haitianos recebem a mesma remuneração dos trabalhadores brasileiros. Outro fator destacado pelas gerentes foi a diferença de postura dos haitianos que chegam recentemente em relação aos primeiros que migraram a Balneário Camboriú: afirmaram que a indisciplina, o uso de drogas e o alcoolismo está mais presente atualmente, nos fluxos mais recentes. Há uma espécie de referência saudosa aos primeiros imigrantes, tidos geralmente como “muito bons”.

Se a visão dos moradores locais sobre os haitianos suscita temas, objetivos e subjetivos, importantes para a análise da integração social dos haitianos, a visão específica dos empregadores e gerentes é ainda mais interessante. Neste sentido, a referência constante à limpeza pessoal dos haitianos chama imediatamente a atenção, não passando despercebida certa dose de surpresa em relação a esta característica. A “aparência impecável” e a “limpeza pessoal” são, inclusive, fatores que incidem na própria contratação do trabalhador, especialmente

naqueles serviços de supermercado que atendem mais ao público. Esta e muitas outras questões específicas do povo haitiano suscita a importância de se conhecer a sua história, de se respeitar sua cultura, para o entendimento de sua condição humana particular. Um povo que conheceu cedo o valor da liberdade, e que hoje descobre em Balneário Camboriú o valor de sua mobilidade.

Ademais desta pesquisa de campo de natureza qualitativa, em que realizamos entrevistas e aplicamos questionários a um grupo de imigrantes haitianos na cidade de Balneário Camboriú, pudemos realizar, também, um trabalho de campo no município de Chapecó, na Mesorregião Oeste de Santa Catarina. Este trabalho, realizado no final de Janeiro de 2015 com outros membros do Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC)⁷, revelou aspectos importantes para a análise da inserção laboral destes imigrantes, particularmente no que se refere à super-exploração de sua força de trabalho no setor de frigoríficos. A conversa com os trabalhadores, mediada pela Associação dos Haitianos de Chapecó, desvelou dois pontos importantes: a alocação destes trabalhadores nas tarefas mais pesadas da divisão do trabalho nos frigoríficos (o setor de pendura, em que há carregamento de peças pesadas de carne, e o setor de miúdos, em que os braços geralmente elevam-se a mais de 90 graus em direção à altura dos ombros) e a remuneração inferior aos trabalhadores brasileiros, que realizam trabalho nas mesmas funções. A super-exploração da força de trabalho do imigrante guarda íntimas relações com a legislação migratória vigente, o desconhecimento e não reconhecimento da formação técnica e intelectual do sujeito migrante e a subalternidade geral que o caracteriza, sobretudo aqueles que emigram de países periféricos e dependentes. A chamada “apropriação capitalista da mobilidade humana” condiciona estes elementos acima e faz do trabalhador imigrante um sujeito mais suscetível às estratégias de super-exploração. Em nosso trabalho de campo, pudemos perceber este fenômeno atuando concretamente, através da relação muito próxima entre secretarias de Assistência Social (para quem o imigrante haitiano muitas vezes é um problema) e empresas recrutadoras (que aproveitam-se desta fragilidade para oferecer condições de trabalho e de remuneração precárias). O recrutamento não existe apenas no Acre: as cidades do Vale do Itajaí, as primeiras a recrutar imigrantes na fronteira com o Perú, são também espaço para recrutamentos, suscitando uma mobilidade laboral interna que ainda precisa ser melhor investigada. Um dos principais “atrativos” destes recrutamentos é a promessa de alojamento, apresentada como uma vantagem em relação ao elevado valor do aluguel em Balneário Camboriú. Nestes recrutamentos, o alojamento é utilizado, ainda,

⁷ Projeto CNPq/FAED-UDESC 2014-2015, coordenado pela Prof.^a Dr^a Gláucia de Oliveira Assis.

para justificar uma remuneração inferior à média, dado trabalhador não precisaria gastar com moradia. Pudemos conhecer um destes alojamentos, e sua estrutura precária (pé-direito baixo, diversas rachaduras, vazamentos, espaço exíguo e um banheiro dividido por 11 pessoas, entre outros problemas identificados) revelou que a “vantagem” do alojamento nada mais é que um mecanismo de apropriação, por parte destas empresas, de parte do fundo de salários do trabalhador.

Conclusões

Embora recente, o fluxo migratório de haitianos em Balneário Camboriú estabelece conexões e vínculos históricos com fenômenos centrais do capitalismo contemporâneo, como a formação das desigualdades nacionais, o desenvolvimento do capitalismo dependente tanto na origem como no destino do fluxo, e a atuação do sub imperialismo brasileiro. Portanto, entendemos como válido e necessário um estudo ulterior destes temas, de modo a situar materialmente no tempo e no espaço a especificidade deste fluxo.

A categoria do sub imperialismo revelou grande dose de capacidade explicativa a questionamentos a respeito do fluxo de haitianos no Brasil. Perguntas como “por que o Brasil?”, “por que só agora?” e “por que neste volume?”, se não completamente respondidas, foram ao menos esclarecidas com o recurso à categoria do sub imperialismo, e a análise acurada da presença brasileira no Haiti como promotora da presença haitiana no Brasil. Não são, logicamente, fenômenos que se relacionam como causa e efeito, de forma mecânica, mas sim fenômenos que, no âmbito das migrações internacionais, não podem ser dissociados, e devem ser vistos como produto e produtores do desenvolvimento desigual no espaço e da mobilidade neste próprio espaço como estratégia de sobrevivência – de forma dialética, portanto. Embora este artigo se refira a um fluxo migratório que possui origem (Haiti) e destino (Balneário Camboriú) bem definidos, é inegável que estamos diante de um fenômeno latino-americano. Seja como etapa migratória ou apenas como ponto de conexão, pelos menos outros três países do continente (República Dominicana, Equador e Peru) e outros três Estados brasileiros (Acre, Amazonas e São Paulo), estão presentes, em maior ou menor medida, nesta dinâmica. Como fenômeno latino-americano que é, este fluxo carrega em si a síntese de um continente marcado pela migração como estratégia material e pela apropriação desta migração pelo capital (as empresas que submetem os migrantes a taxas adicionais de exploração) como estratégia de acumulação.

A presença haitiana no Estado impõe, ademais, um desafio ao registro teórico das migrações em Santa Catarina: romper com a tradição de construção de narrativas epopeicas, de supervalorização da saga imigrante italiana e alemã, de um lado, e de outro o silêncio sobre a presença negra, indígena e mesmo árabe em nosso Estado. Este desafio está posto neste momento e o presente artigo se coloca ao lado do povo haitiano na valorização de sua história, daí o resgate do passado do país.

Por fim, os haitianos trazem consigo uma contradição pulsante na América Latina: o sub imperialismo brasileiro, que atua no Haiti militar, econômica e politicamente, que colabora na repressão aos movimentos sociais que buscam alternativas ao país, que aprofunda a própria condição dependente do Haiti – e inclusive a sua – deve ser contraposto à integração latino-americana, à construção de uma alternativa comum aos países do continente, à valorização de nossa identidade histórica, cindida por séculos de colonialismo e imperialismo. O convívio pacato e afetuoso entre os Clarkson, Jeremie, Gerard, Jennie e Alberts do Haiti com os José, Maria, Pedro, Henrique e Luanas do Brasil deve servir de pista à resolução da contradição atualmente existente em nosso continente: sub imperialismo ou integração.

Referência Bibliográficas

BINFORD, Leigh. **Remesas y Subdesarrollo en México**. Revista Relaciones, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, nº 90, v. XXIII, Primavera 2002. Pg. 116 – 158.

BRITO, Fausto. Os Povos em Movimento: As migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. v. 1. Campinas: Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, 1995. p. 53-66.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. **Desarrollo y Migración: Una lectura desde la Economía Política**. Revista Migración y Desarrollo, nº 14, primeiro semestre de 2010. Pg. 59-87.

FERNANDES, Duval (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/GEDEP, 2014.

FRANK, André Gunder. **América Latina: Subdesarrollo o Revolución**. México, D.F: Ediciones Era, 1973. 358p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408p.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: Cultura, poder e desenvolvimento**. Coleção Tudo é História, nº 104. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. 106p.

GROSGOUEL, Ramón. **Migrantes Coloniales Caribeños em los Centros Metropolitanos del Sistema-Mundo. Los casos de Estados Unidos, Francia, los Países Bajos y el Reino Unido.** In: Documentos CIDOB, v. 13 – série migraciones, Junho de 2007. Pg. 01-51.

Haity y la Salida Migratória, Jorge Durand. Periódico LaJornada. Disponível em <http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>. Acesso em Fevereiro de 2014.

JAMES, Ceryl L. R. **Os Jacobinos Negros. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

JUBILEU BRASIL. **Haiti: Soberania e Dignidade. Missão Internacional de Investigação e Solidariedade com o Haiti.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUCE, Mathias S. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

LUCE, Mathias S. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Porto Alegre, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000. 295p.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012. 272p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 1848/2009. 144p.

MPI. **Migration Policy Institute.**

METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. **La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos.** Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. Ps. 15-33.

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: País de imigração?** In: Revista E-Metropolis, n° 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.

SALES, Teresa. **Migrações de Fronteira entre o Brasil e os Países do Mercosul.** In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Campinas, v. 13(1), 1996. Pg. 87 – 98.

SASSEN, Saskia. **The Mobility of Labor And Capital: A study in international investment and labor flow.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 154p.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** Rio de Janeiro: Americana, 1975.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia: Entre la integración regional y un nuevo imperialismo.** Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2012. 392p.